

Antônio Carlos Robert Moraes
professor titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Hervé Théry
CNRS-Credal, professor convidado na USP, Cátedra Pierre Monbeig

São Paulo merecia um Atlas econômico, por várias razões. A primeira é que não existe disponível nenhum trabalho atualizado deste tipo e, ao editá-lo, a Fundação Seade ajuda a preencher essa lacuna. A segunda é que São Paulo, mesmo sendo sob muitos aspectos o centro econômico do país (representando um terço do PIB nacional), não tem recebido, nos trabalhos dos geógrafos brasileiros e estrangeiros, uma atenção proporcional ao seu peso humano e econômico: temos hoje mais estudos sobre qualquer região da Amazônia – que chamou a atenção dos estudiosos por conta das ameaças às suas florestas e povos indígenas – que sobre um Estado cuja população representa o dobro daquela da Amazônia Legal. A terceira é que o território paulista é muito mais diverso do que se pensa geralmente: São Paulo não se resume à sua capital, ao dinamismo e aos problemas a ela associados, o estado apresenta também amplos planaltos agrícolas, regiões deprimidas, áreas de preservação ambiental, um litoral diverso, com atividade industrial, turismo balneário e atividades portuárias, entre outras, toda uma diversidade bem analisada pelos mapas deste Atlas. São Paulo é, decididamente, um objeto geográfico que precisava ser estudado com maior detalhe.

O atual território paulista abrange 248.808 quilômetros quadrados, abrigando uma população residente de mais de 40 milhões de habitantes,¹ o que perfaz uma densidade demográfica média estadual de 164 habitantes por quilômetro quadrado (bem mais adensada que a média brasileira de 21 hab. por km²). Sua extensão projeta-se de 19°47' a 25°18' Sul de latitude, e de 44°09' a 53°05' Oeste de longitude, sendo atravessado pelo Trópico de Capricórnio, que qualifica seu espaço em termos zonais climáticos. Quanto à caracterização morfoclimática, o território paulista inscreve-se integralmente dentro do

1. Superior à de 178 países, a marca de 40 milhões de habitantes foi atingida por São Paulo, conforme projeções da Fundação Seade, em 30 de julho de 2005, sábado, às 14h36.

domínio de mares-de-morros florestados do Brasil de Sudeste (conforme a classificação de Aziz Ab'Saber). Em sua porção oriental, o Estado de São Paulo defronta-se com o oceano Atlântico, e tem seus limites ocidentais na calha do Rio Paraná, o qual estabelece sua divisa, a oeste, com o Estado de Mato Grosso do Sul. Também possui fronteiras com os Estados do Paraná, ao sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro, ao norte e ao leste.

A área do Estado está dividida em 645 municípios, que são agrupados, para fins de planejamento, em três regiões metropolitanas (RM), 13 regiões administrativas (RA) e 41 regiões de governo (RG). As RM da Baixada Santista, São Paulo e Campinas estão seqüenciadas espacialmente do litoral para o interior, numa faixa de mais de duzentos quilômetros de espaço que vem sendo progressivamente urbanizada. O território estadual ainda possui uma densa rede de cidades, com pólos regionais bem demarcados, constituídos pelas sedes das regiões de governo. Na verdade, a polarização paulista extrapola, em muito, os limites territoriais do Estado, projetando-se no espaço nacional brasileiro e mesmo no subcontinental latino-americano. A *core area* paulistana representa um nó da rede de cidades mundiais, que cumprem a função de centros da economia global contemporânea.

A gênese longínqua do atual território paulista deve ser buscada, nos primórdios da colonização da América portuguesa, na capitania de São Vicente, cujos colonizadores – num processo bastante precoce na colônia brasileira – adentraram para o interior, seguindo os caminhos indígenas que subiam a Serra do Mar. No planalto, a existência de campos naturais e a drenagem interiorana de alguns rios ajudaram na fixação e expansão dos colonos, que fizeram da mobilidade constante um gênero de vida. O apresamento dos índios e o comércio interno (de escravos indígenas, mas também de outras mercadorias) explicam o caráter móvel dos “paulistas” (designação rapidamente atribuída aos habitantes da capitania, na maioria mamelucos). Alguma agricultura de abastecimento (rizicultura nas baixadas litorâneas, triticultura nos arredores da vila paulistana) e a coleta das “drogas do sertão” completam o quadro da economia regional nos dois primeiros séculos da colonização (Monteiro, 1984).

Já foi freqüentemente dito, não sem razões, que a principal vantagem de São Paulo era esse seu dinamismo pioneiro, que resultou no estabelecimento de comércio regular com as porções mais meridionais da América (com o Paraguai e com o Rio da Prata) e mesmo com as regiões mineradoras do Peru, nas primeiras décadas do século XVII (Canabrava, 1984). Toda uma rede de vilas litorâneas de colonização vicentina era mobilizada por estes circuitos, no qual se articulava o próprio porto de Buenos Aires. Por vias terrestres e/ou fluviais, os paulistas circulavam por todos os quadrantes da colônia na época, na busca de escravos indígenas, em sua maior parte utilizados nas suas próprias lavouras de gêneros de abastecimento. Foi no bojo destas expedições que os bandeirantes encontraram o ouro e as pedras preciosas nas últimas décadas do século citado.

Cabe assinalar que nesse período já estava firmada a designação de capitania de São Paulo, de vastos e imprecisos limites, cuja sede – a vila de São Paulo – foi elevada à condição de cidade em 1711. A mineração do século XVIII, se por um lado atraiu migrantes paulistas, por outro criava um mercado de abastecimento que estimulou a consolidação das atividades agrícola e pecuária na região (a feira de Sorocaba, por exemplo, constituiu-se num dos principais entrepostos de muares da colônia). Administrativamente, as áreas mineradoras foram saindo da órbita de São Paulo no decorrer deste século (Minas Gerais em 1720, Santa Catarina em 1738, Goiás e Mato Grosso em 1748), chegando a capitania a ser governada pelo Rio de Janeiro de 1748 a 1765, quando retomou sua autonomia (o Paraná foi separado do território paulista já no Império, em 1853). O desejo de controle fiscal da metrópole portuguesa explica a organização geopolítica implantada, que tentava drenar toda a produção aurífera exclusivamente para o porto carioca. Um surto canavieiro completa o quadro econômico paulista no final do Setecentos.

Na primeira metade do século XIX, a província de São Paulo (já utilizando a designação administrativa do Império) era constituída por um conjunto de cidades que tinham na agricultura sua base de existência e cujas oligarquias forneceram quadros importantes para o processo de construção do Estado brasileiro. A cidade de São Paulo na época não se destacava muito nesse conjunto, tendo por diferencial o fato de alocar a Faculdade de Direito (instalada em 1827), uma das poucas em funcionamento no país recém-emancipado. A própria província não possuía destaque no cenário nacional, não se perfilando entre as mais ricas (como a Bahia e o Rio de Janeiro).

A estrutura básica da conformação do atual território do Estado de São Paulo deriva diretamente da expansão da cafeicultura, a partir da segunda metade do século XIX, quando as lavouras de café desalojaram os sistemas agrícolas preexistentes (canavieiros e de gêneros de abastecimento) e avançaram sobre as áreas de vegetação original (notadamente, de mata atlântica). Esse processo expansivo foi historiado com maestria, ainda em seu transcórre, por Pierre Monbeig no trabalho (hoje clássico) *Pioneiros e fazendeiros no Estado de São Paulo*, e seus desdobramentos geoeconômicos foram apontados com clareza por Wilson Cano, em *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. A estrutura territorial criada pela produção de café tinha por base material uma malha ferroviária, cujos itinerários definiram os eixos de penetração da economia paulista pelo interior. Entrando na província pelo vale do Rio Paraíba, a produção cafeeira dominou os arredores de São Paulo, expandindo-se inicialmente no sentido norte-noroeste, o chamado “Norte Velho”, desde as encostas da Serra da Mantiqueira, e, posteriormente, pelos vales dos rios que demandam o interior, numa verdadeira “Marcha para o Oeste”, que alcançou a barranca do Rio Paraná nas primeiras décadas do século XX.

A cidade de São Paulo articulava esta ampla rede de ferrovias e direcionava os fluxos para seu entreposto portuário: Santos, por excelência, o “porto do café” (como bem o qualificou José Ribeiro de Araújo Filho), cidade que cresceu no ritmo vertiginoso em que se expandia a área de produção de seu produto-lider. A montagem de todo esse sistema requereu um forte fluxo de povoamento (de imigrantes e migrantes) e a instalação de equipamentos sociais e objetos técnicos, cujo agrupamento – enquanto uma herança espacial – contribuiu na afirmação da centralidade de São Paulo no território brasileiro.

A valorização do espaço impulsionada pela produção cafeeira engendrou a fixação de um grande contingente populacional distribuído por todo o território paulista e, em parte, agrupado numa ampla rede de cidades, construídas ao longo dos eixos ferroviários e de seus ramais com certa regularidade espacial. Com isso, uma malha urbana foi assentada conforme a cronologia da expansão das frentes pioneiras da cafeicultura. Os pontos nodais das redes geraram, em grande medida, as atuais sedes regionais do interior do Estado, como se pode observar na localização das sedes das regiões administrativas e de governo.

No centro do sistema assistiu-se ao processo de crescimento da cidade de São Paulo, a capital estadual (do ponto de vista tanto político quanto econômico). Tal processo poder ser bem aferido na tabela apresentada a seguir.

Evolução da População
Município de São Paulo
1872-2000

Ano	População
1872	31.385
1900	239.820
1920	579.033
1940	1.326.261
1960	3.781.446
1970	5.924.615
1980	8.493.226
1991	9.646.185
1996	9.839.066
2000	10.405.867

Fonte: IBGE; Estatísticas do Século XX.

Note-se que, até a década de 70 do século XIX, São Paulo era uma cidade pequena ou média, mesmo em face da comparação com outras urbes brasileiras. Seu crescimento no século XX foi, contudo, vertiginoso, num ritmo exponencial, quase dobrando de população a cada década. A contribuição dos imigrantes neste processo foi importantíssima, com a cidade e o Estado recebendo grandes contingentes demográficos de várias nacionalidades: italianos, espanhóis, alemães, poloneses, sírios, libaneses, japoneses, entre outras. Tal fluxo criou um ambiente cosmopolita no até então acanhado burgo paulistano, sendo um elemento de dinamização cultural muito mais forte do que qualquer outra herança histórica. A migração interna para a cidade foi também, por décadas, muita intensa, destacando-se os fluxos oriundos de Minas Gerais e dos Estados nordestinos.

Entre os fatores que concorrem para o crescimento paulistano, o mais importante foi o papel desempenhado pela atividade industrial, que conheceu uma expansão e uma diversificação constantes ao longo do século XX: o Estado de São Paulo e mais precisamente a cidade de São Paulo foram por muito tempo a localização ideal de

qualquer indústria nascente. Parte do capital acumulado na cafeicultura migrou para atividades industriais, inicialmente constituídas como produções complementares à própria produção cafeeira. Um gradativo processo de substituição de importações realizou-se por esse caminho e também por meio do crescimento de oficinas e pequenas empresas, estimulado por conjunturas internacionais de crise. O município contava com 32 estabelecimentos industriais em 1890, número que sobe para 314 já em 1907. Um estudo acerca da tributação de indústrias no ano de 1912 listou mais de 3 mil fábricas e oficinas e o recenseamento de 1920 apontava 4.145 estabelecimentos. No censo de 1940 já havia 14.225 indústrias na cidade, e uma década mais tarde este número chega a 24.519 estabelecimentos (Matos, 1958).

Além da capital paulista, algumas cidades do interior também conheceram o surto industrial, que se ampliava a cada década. Na segunda metade do século XX, a cidade de São Paulo e seu entorno imediato, já em visível processo de conurbação, expressavam com clareza a modernização acelerada que vivia o país, abrigando grande parte da estrutura econômica construída por este movimento (AGB, 1956). Essa estrutura reflete um novo estágio da história do país, com papéis centrais sendo exercidos pela articulação do capital nacional com o estrangeiro e pelo planejamento econômico. O melhor exemplo dos resultados deste novo estágio é a instalação da indústria automobilística no ABC paulista, no final dos anos 50. Com seu efeito multiplicador, tal setor atuou fortemente no processo de metropolização paulistano. A atração locacional de São Paulo foi, e é, tão forte que estão ali representados todos os ramos industriais, todas as dimensões e todos os tipos de empresas, do negócio familiar ao grupo industrial nacional e às firmas multinacionais. Esta diversidade era de resto em si uma nova atração, porque qualquer empresa estava certa de encontrar em São Paulo clientes, fornecedores, prestadores de serviços e uma densa rede de relações inter-industriais.

Assim, impulsionada pela industrialização, desenvolveu-se uma dinâmica estrutura comercial e financeira, tanto na metrópole quanto nos municípios-pólo do interior, responsável por um estímulo geral dos fluxos estaduais. Um pujante mercado estruturou-se no território de São Paulo, extrapolando as fronteiras do Estado ao integrar num mesmo conjunto territorial contínuo partes dos Estados limítrofes, como o Norte do Paraná e o Triângulo Mineiro (que do ponto de vista geoeconômico constituem regiões da economia paulista). Na década de 70, o dinamismo do próprio centro desse conjunto extravasou a região metropolitana de São Paulo, ocorrendo um movimento de desconcentração industrial ao longo das estradas que levam para o interior (Campinas, Ribeirão Preto, Sorocaba e São José dos Campos).

O interior de São Paulo também passou a oferecer vantagens, com mais espaço, e infra-estruturas de transportes excelentes que viabilizam a mobilidade da atividade industrial. Cada vez mais novas partes do território paulista se habilitam

como uma situação locacional privilegiada, expandindo-se os eixos produtivos (alguns bastante especializados), que utilizam a melhor localização geográfica em face de suas especificidades. Tal fato atua na dinamização local do comércio e dos serviços, que acompanham o ritmo e a intensidade da instalação de novas indústrias.

Apesar desse movimento, a centralidade do município e da região metropolitana de São Paulo ainda é bastante elevada, representando, respectivamente, 30% e 49% do Produto Interno Bruto estadual, o que revela um alto grau de concentração geoeconômica. A atividade industrial metropolitana responde por 48,8% do total do valor gerado pelo setor no Estado, e a municipal por 26,5%, enquanto no setor de serviços tais participações são de 58,4% e 39,7%, respectivamente.

Essa centralidade é ainda maior no que se refere ao sistema financeiro, concentrando a região metropolitana e o município de São Paulo ampla parcela dos recursos movimentados. Localiza-se também, na capital, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), que é a única do Brasil, operando todas as transações nacionais do mercado de capitais. Os escritórios de muitas empresas nacionais e internacionais também estão na metrópole paulistana, assim como uma ampla estrutura de serviços que lhes dão suporte. Algumas atividades mais sofisticadas do setor de ponta dos serviços (como os de publicidade e informática) apresentam alta concentração nessa localização. Uma estrutura comercial diversificada e de grande porte igualmente se distribui por todo o Estado, adensando-se nas regiões metropolitanas.

Não é o caso aqui de detalhar as características e o perfil da atual espacialidade da economia do Estado de São Paulo em seus variados setores e ramos, pois o *Atlas* já persegue tal objetivo. Os padrões e as tendências geoeconômicas observados estão detalhadamente apresentados e comentados nos mapas e textos do presente volume. Cabe apenas enfatizar a singularidade econômica paulista no território brasileiro. O Estado é responsável por 31,8% do Produto Interno Bruto (PIB) do país e a região metropolitana de São Paulo por 15,7%, ficando na frente da segunda economia estadual mais importante: a do Estado do Rio de Janeiro, com 12,2% do PIB. A capital paulista sozinha representa 9,4% do PIB nacional, ultrapassando os Estados de Minas Gerais (9,2%) e Rio Grande do Sul (8,2%), segundo os dados referentes a 2003.

Tal situação relativa não quer dizer que o Estado não tenha problemas sociais, bolsões de pobreza (urbana e rural) e focos de tensão. O *Atlas* os mostra também, expondo a projeção espacial dos indicadores das carências sociais, da contração e concentração dos empregos, entre outros problemas vigentes no território estadual. A questão social constitui objeto específico de um conjunto de mapas, com o qual se articula outro conjunto que aborda serviços públicos de grande impacto social (como educação e saneamento, por exemplo).

Primeira região industrial e terciária do Brasil, o Estado de São Paulo é também sua principal economia agrícola em valor da produção e mais ainda em dinamismo. Não é freqüente na geografia econômica do mundo contemporâneo que uma região concentre a este ponto todas as superioridades, mas o fato é que no caso paulista tal situação ocorre com ênfase.

Cabe mencionar que todo este dinamismo econômico nos setores primário, secundário e terciário ampara-se numa forte estrutura de ciência e tecnologia, que desenvolve pesquisas e forma pessoal qualificado (nos níveis técnico e superior) necessário para impulsioná-los. A rede de universidades e centros tecnológicos de excelência do Estado já é numerosa, como pode se constatar nas cartas temáticas correspondentes do *Atlas*. Enfim, a economia de São Paulo apresenta ritmo de inovação considerável, no qual salienta-se uma ampla difusão da informática. Verifica-se a consolidação, em quase todo território estadual, do meio técnico-científico-informacional (Santos, 1988), isto é, de aparatos logísticos sofisticados e sistemas de engenharia de última geração. O consumo de energia e os fluxos de informações no Estado, bem como a distribuição de equipamentos de ponta (como os computadores) demonstram o afirmado.

O resultado que se almeja é apresentar, numa abordagem em duas escalas de representação, a atual geografia econômica do Estado de São Paulo, revelando a espacialidade da economia estadual e de sua área central, notadamente da indústria e dos serviços. Em outros termos, pretende-se expor a estrutura e a diferenciação interna da atividade econômica realizada no território paulista, indicando seus padrões de comportamento espacial. A concentração de determinados setores e ramos, e a especialização de certas regiões são mostradas ao se apresentar, por meio da cartografia, a distribuição no espaço da economia nele praticada. A localização das ocupações e da geração de riqueza permite a visualização da divisão territorial da produção apresentada pela economia do Estado.

O *Atlas* contribui, assim, para a caracterização da geografia econômica do Estado de São Paulo na atualidade, enfocando a espacialidade material de suas estruturas produtivas (seu capital fixo fixado, para utilizar outro conceito de Milton Santos). Buscou-se, por tanto, construir uma representação da estrutura econômica paulista e de suas operações e também apontar tendências de seu desenvolvimento pela exposição do ritmo e dinamismo de seu movimento. Os mapas elaborados visam expressar os processos econômicos em seus rebatimentos no espaço, abordando o comportamento e as aptidões produtivas das diversas áreas do território do Estado. Nesse sentido, os resultados obtidos poderão ser usados não apenas como instrumentos de constatação do padrão territorial vigente, mas também como indicadores na construção de prognósticos e de planos (sejam municipais, regionais ou estaduais).

O conteúdo trabalhado no *Atlas* está agrupado em eixos temáticos, apresentados por capítulos, sendo cada um constituído por um conjunto de cartas e por dois textos, um descritivo que explora o conteúdo das pranchas e outro referente aos aspectos metodológicos da elaboração dos capítulos. A seqüência de assuntos adotada foi a seguinte:

- o primeiro capítulo, São Paulo no Mundo, salienta a inserção da economia paulista no espaço econômico mundial;
- o segundo capítulo, sobre a caracterização do território paulista, apresenta desde a diferenciação do meio físico (com os compartimentos do relevo e a rede hidrográfica) até a distribuição da população pelos municípios (quantidade absoluta, densidade demográfica, taxas de crescimento, etc.) e a estrutura administrativa e da rede de cidades estaduais (esta analisada em sua hierarquia funcional);
- o capítulo três, intitulado Economia e Sociedade, busca relacionar a atividade econômica e as condições da vida social, apresentando os índices de qualidade de vida (desenvolvimento humano, responsabilidade e vulnerabilidade social) por município e a cobertura de alguns serviços de uso coletivo;
- o quarto capítulo trata de elementos fundamentais ao entendimento das condições da infra-estrutura e logística do Estado de São Paulo, retratando as principais características das instalações e dos dispositivos tecnológicos que dão sustentação à produção e à circulação de mercadorias e serviços, como redes de transporte, produção de energia, meios de comunicação e informática;
- o capítulo cinco enfoca o tema das estruturas de ciência e da tecnologia no território estadual, apresentando informações como os laboratórios e centros de pesquisas existentes (em universidades e empresas), as instituições de certificação de normas e técnicas de qualidade, o uso de tecnologias, introdução de inovações e atividades de pesquisa e desenvolvimento pelas empresas, a qualificação de pessoal, destacando o papel da inovação na vida econômica paulista;
- o sexto e o sétimo capítulos, construídos a partir de fontes como pesquisas do IBGE e dos resultados obtidos pela Pesquisa da Atividade da Economia Paulista (Paep), realizada pela Fundação Seade, apresentam um quadro analítico atualizado do perfil geoeconômico do Estado, elaborado a partir de material inédito. Eles abordam, respectivamente, a estrutura e a dinâmica da economia paulista e a geração regional e setorial da riqueza produzida no território estadual;
- o oitavo capítulo enfoca o mercado de trabalho estadual, analisando tanto o perfil da mão-de-obra (gênero, escolaridade, etc.) quanto a distribuição do emprego formal, salientando a questão do crescimento dos postos de trabalho;

- o capítulo nove, sobre a concentração e especialização geoeconômicas, aponta a distribuição das atividades produtivas no espaço estadual, mostrando as variações regionais existentes por setores e ramos e a definição de especialidades locais das economias municipais;
- no capítulo dez apresenta-se uma abordagem mais detalhada da macrometrópole paulista e de seu entorno imediato, fazendo um zoom no espaço estadual e gerando uma cartografia em escala maior, também utilizando os dados gerados pela Paep.

Como síntese final do trabalho cartográfico realizado foi construído um modelo gráfico do território paulista, isto é, uma representação gráfica dos padrões territoriais vigentes no Estado. O recurso à coremática permite apresentar, de forma didática, a estrutura genérica do espaço estadual, propiciando sua comparação com outras regiões do mundo e singularizando-a no conjunto do território brasileiro (Théry e Mello, 2005).

Referências Bibliográficas

AB'SABER, Aziz. *Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos*. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1969.

ARAUJO FILHO, José Ribeiro de. *Santos, o porto do café*, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1969.

CANABRAVA, Alice Piffer. *O Comércio português no Rio da Prata (1580-1640)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1984.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FRANÇA, Ary de Toledo. *A marcha do café e as frentes pioneiras*. Rio de Janeiro: XVIII Congresso Internacional de Geografia, 1956.

MATOS, Dirceu Lino de. O parque industrial paulistano. *A cidade de São Paulo. Estudos de Geografia Urbana*, São Paulo: Editora Nacional, v. 3, 1958.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Pólis, 1984.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE. *O verde, o território, o ser humano. Atlas Ambiental do Município de São Paulo*. São Paulo: SVMA, 2004.

SANTOS, Milton, *O meio técnico-científico-informacional*, São Paulo: Hucitec, 1988.

THERY, Hervé e MELLO, Neli Aparecida de. *Atlas do Brasil. Disparidades e dinâmicas do território*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005.